



Congresso Internacional de Administração
ADM 2021

Administração Ágil
Inovação e Trabalho Remoto

25 a 27
de outubro

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

CAMPO SOCIAL, CAPITAL E PODER DOS AGENTES SOCIAIS DO SETOR DE SEMENTES EM UM MUNICÍPIO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

SOCIAL FIELD, CAPITAL AND POWER OF SOCIAL AGENTS IN THE SEED SECTOR IN A MUNICIPALITY IN THE SEMIÁRIDO NORTHEAST

ÁREA TEMÁTICA: ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Ednael Macedo Felix, Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Brasil, edynaell@hotmail.com

Fábio Freitas Schilling Marquesan, Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Brasil, marquesan@unifor.br

Resumo

O potencial agrícola brasileiro e sua importância na produção de alimentos perpassam aspectos técnicos, econômicos e sociais que carecem de análise crítica e política. Nesse cenário, a semente, por constituir-se um insumo, tem relevância nas relações de mercado e nas políticas públicas de incentivo ao setor. Assim a compreensão desse campo pode ser endossada pela teoria bourdieusiana e pela legislação nacional do setor de sementes. Um campo social constituído de múltiplos atores, agentes e organizações os quais compõem a pesquisa aqui apresentada, que qualitativamente descreve esse campo, tendo usado como técnicas a análise documental, a pesquisa histórica e entrevistas no ano de 2018, a pesquisa se propõe a descrever como os atores do setor determinam suas posições na estrutura do campo social, tendo como locus um município do semiárido brasileiro. As posições são constatadas e apresentadas tendo como determinante os capitais dos atores do campo, seu habitus, modus operandi e poder, na medida em que se distinguem como ortodoxos ou heterodoxos. Logo, os achados oportunizam a visualização da estrutura do campo social e a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de uma análise crítica das condicionantes sociais desse setor.

Palavras-chave: Capital; Estrutura; Organizações; Poder.

Abstract

The Brazilian agricultural potential and its importance in food production permeate technical, economic and social aspects that lack critical and political analysis. In this scenario, the seed, as it constitutes an input, is relevant in market relations and in public policies to encourage the sector. Thus, the understanding of this field can be endorsed by the Bourdieusian theory and by the national legislation of the seed sector. A social field consisting of multiple actors, agents and organizations which make up the research presented here, which qualitatively describes this field, having used document analysis, historical research and interviews in 2018 as techniques, the research proposes to describe how sector actors determine their positions in the structure of the social field, having as locus a municipality in the Brazilian semi-arid region. The positions are verified and presented having as determinant the capitals of the actors in the field, their habitus, modus operandi and power, insofar as they are distinguished as orthodox or heterodox. Therefore, the findings provide an opportunity to visualize the structure of the social field and the possibility of contributing to the development of a critical analysis of the social conditions in this sector.

Keywords: Capital; Structure; Organizations; Power.

1. INTRODUÇÃO

Em função de sua capacidade produtiva e de outras múltiplas características agrárias e econômicas, o Brasil figura no mercado como uma potência do agronegócio mundial. Muito embora se constate um relativo enfraquecimento econômico somado a crises políticas e institucionais vividas pelo País a partir de meados da segunda década do Século XXI, o setor agrícola tem se mostrado eficiente e com altas taxas de crescimento anual. Trata-se de um setor que ao longo da história possui importância econômica tanto interna quanto externamente, sendo por isso elemento de vantagem competitiva para o país. Todavia, esse crescimento agrícola demanda elevado quantitativo de recursos, principalmente ambientais, o que provoca múltiplas ordens de discussões e tomadas de posição, desembocando, inevitavelmente, em questões econômicas, sociais, culturais e políticas.

Desse modo, por ter a história e estrutura econômica baseada no setor agrícola, a situação desse setor impacta a vida de toda a gama dos cidadãos, seja em função dos preços dos produtos em nível do consumidor, seja também por aspectos políticos econômicos, e sociais que afetam diretamente a produção.

Essa importância associada às discussões que emergem dos diferentes elos das distintas cadeias produtivas agrícolas brasileiras estrutura a realidade organizacional que por sua vez determina padrões de relações e disputas de interesses em torno de elementos específicos do setor, direcionando por isso decisões e posicionamentos quanto a programas governamentais, políticas de gestão mercadológica e legislações nacionais.

Entender como se dão essas relações e disputas de interesses, para além de ser relevante em termos acadêmicos, também pode ser uma ação mercadológica estratégica, uma vez que os atores que constituem o tecido social dessas relações configuram uma espécie de campo, que nesse contexto pode ser entendido como um campo social. Como o setor agrícola é formado por distintos campos, com múltiplos atores sociais, é salutar iniciar a proposição de interligação conceitual entre a teoria bourdieusiana e a concepção organizacional do setor agrícola pelo campo social precípua da produção de sementes, que por sua vez engloba empresas, instituições estatais, e organizações com e sem fins lucrativos.

Considera-se assim que no campo social, as relações de cooperação e/ou conflito se dão mediante a disposição das forças dos atores do campo, atores esses também nomeados de agentes. Desse modo, a concepção primária do campo depende de como os mais diferentes agentes usam suas forças, ou seja, seu poder, exercido por meio das diferentes formas de capital, usados como força ou arma para sua conservação ou transformação. Para tanto as distintas espécies de capital são, por sua vez diferentes formas de poder, classificáveis como capital econômico, cultural, e social, basicamente (Bourdieu, 1983; Rosa Filho, 2007).

Admite-se com isso que as relações de poder, a disposição dos capitais e as possíveis posições dos atores sociais presentes no setor de produção agrícola o justificam como um campo social, materializado pelo oligopólio dos insumos, tanto em defensivos, equipamentos, maquinários ou mesmo, conhecimento aplicado. Diante desse prisma, ao se observar esse campo social pelo espectro dos insumos é necessário ir além de estudos focados meramente em sua rentabilidade, ou eficiência. Notadamente, por ser um campo precípua, o setor de sementes serve a esse proposto. Diante disso emerge um coletivo de fatores que determinam o modus operandi (Bourdieu, 1989), sobretudo econômico, político e social, fazendo com que a semente alcance uma condição ulterior às cadeias produtivas agrícolas, perfazendo uma estrutura de campo social, uma vez que as sementes são portadoras de mensagens genéticas e culturais (Petersen et al, 2013).

A semente, no entanto, apenas reflete o que ocorre com todos os outros insumos, e, por sua vez, com toda a realidade do campo social. É o posicionamento de cada agente dentro do campo que determina as relações, as decisões e toda a significância compreendida e admitida por eles mesmos. Assim como o reflexo da semente carrega os demais espectros do setor, o campo e sua estrutura tende à mesma lógica, diferenciando em função da posição dos agentes presentes nele, e de como esses atores agem, pois na disputa de interesses, os agentes se alocam e realocam-se de modo a valorarem seus diferentes capitais em detrimento do capital dos demais (Bourdieu, 1989).

Desse modo, parte-se da indagação: como os agentes do setor de sementes se posicionam na estrutura do campo social? Para isso, o trabalho aqui apresentado objetiva descrever como os agentes/atores do setor de sementes determinam suas posições na estrutura do campo social em um município do semiárido brasileiro, por meio de seus capitais.

Para esse intento, o lócus de pesquisa se deu no município de Icó, localizado na região centro-sul do Ceará, município que sempre teve na agricultura sua maior base história e econômica, tendo assumido por muito tempo a vanguarda da produção de milho e algodão no estado. Condição que o fez dispor de dezenas de organizações do setor agrícola em seu território, tanto públicas quanto privadas, que por sua vez agem como atores sociais que configuram o ambiente físico e social, por essa razão, ditos agentes do campo. Contando ainda com movimentos de trabalhadores e sociedade civil organizada de atuação setorial e infraestrutura de logística, armazenamento, apoio técnico e irrigação. Exemplo disso é o perímetro irrigado e o açude público instalados no município e datados da década de 1930.

Notadamente, ao descrever o sistema de disposições e as tomadas de posição dos agentes, se almeja aqui ir além da descrição da *doxa*, a semente, que comumente é oferecida no meio técnico e acadêmico, e que conseqüentemente se incorpora ao meio social e é reproduzida de forma axiomática. A compreensão das relações de poder, usando para isto o caso das sementes, vai além do minimalismo de uma pesquisa que encontra seu fim em si, pois essa compreensão pretende ultrapassar as barreiras de uma produção científica simplista e alcançar uma reflexão intelectual aguçada de contextos sociais específicos e que muitas vezes é negligenciado.

2. HABITUS, CAMPO SOCIAL E CAPITAL

Aqui já se entende que o campo do setor de sementes e configura como campo social, com seus agentes, que enquanto atores sociais são imbuídos de poder mediante a disposição de seus capitais. Com isso, a pretensão de expor as discussões que circundam as relações de poder nesse campo social depende entre outras coisas, da não redução das discussões a um caráter puramente mercadológico, o que encurtaria a amplitude social que esse campo abarca. O entendimento da referência de campo social tomada por empréstimo da teoria bourdieusiana depende, primeiramente, da apreciação do que é *habitus*. Muito embora Bourdieu (1989) dispense fazer o que ele chama de genealogia dos conceitos, uma vez que esses não são gerados por partenogênese teórica e acabam sendo reproduzidos com poucas agregações quando comparados às suas citações pregressas.

Parte-se então da perspectiva que “a noção de *habitus* exprime, sobretudo, a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc.” (Bourdieu, 1989, p. 60). Essa noção permite, segundo Bourdieu (1989), romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, que na contemporaneidade da economia clássica e seu *homo economicus* regressa com a nomenclatura de individualismo metodológico.

Desse modo, depreende-se que o campo compõe-se da estrutura de relações objetivas (Bourdieu, 1989) de modo que enquanto espaço determinado pelas pessoas que pertencem a ele, estrutura-se com indivíduos que concordam ou discordam das regras que o determinam e o regem. Nesse contexto, o *habitus* é condição e condicionante do campo, pois o indivíduo precisa ter características e adaptação ao *habitus* para conviver em grupo, caso contrário será excluído do campo (Janowski, 2014).

Logo, o campo é o espaço de práticas específicas, com relativa autonomia e dotado de história própria, caracterizando-se como um espaço de possibilidades que tende a orientar a busca dos agentes e definir um universo de problemas, referências e marcas intelectuais (Lima, 2010). Ele se configura assim como um sistema de coordenadas inter-relacionadas que se deve ter pelo menos em mente, para se entrar no jogo, de modo que para entrar no jogo é necessário saber manejar esse sistema de coordenadas (Lima, 2010).

Nesse sistema de coordenadas, Bourdieu (1989, p. 13) propõe que a “existência de um campo de produção especializado é condição do aparecimento de uma luta entre a ortodoxia e a heterodoxia, as quais têm de comum o distinguir-se da *doxa*, ou seja, do indiscutido”.

Sendo o campo social um espaço de luta, de disputa, torna-se então salutar que se conheçam as estratégias e as “armas” usadas pelos agentes que se encontram em luta. Pois só assim é possível diferenciar os limites de força e de capacidade de defesa desses agentes.

Uma vez que o capital pode ser definido como poder e capacidade de produção de benefícios sua acumulação requer tempo, e isso tem a tendência de manter sua existência (Rosa Filho, 2007).

As diferentes espécies de capital são diferentes formas de poder, forças ou trunfos dos agentes em disputa e “se classificam em capital econômico, capital cultural e capital social” (Bourdieu, 1983; Bourdieu & Wacquant, 1992, *apud*, Rosa Filho, 2007, p. 25).

Rosa Filho (2007) apresenta um entendimento sobre os capitais. Para ele, os bens materiais, os títulos de propriedades, as finanças e o dinheiro constituem o capital econômico; o investimento temporal pessoal por meio da transmissão hereditária na família, de conhecimentos, habilidades manuais e as práticas linguísticas formam o capital cultural; enquanto o capital social se dá pela somatória dos recursos reais que provêm das posses duráveis de uma rede de relacionamentos tanto pessoais quanto familiares, ao ponto que esta rede se dá por reconhecimento mútuo e do pertencimento a um grupo.

Para Bonamino et al. (2010), o capital econômico, na forma de fatores de produção, terra, fábricas e trabalho, assim como no conjunto de bens econômicos exemplificados pelo dinheiro, pelo patrimônio e pelos bens materiais, pode ser tanto acumulado, como reproduzido e até ampliado por meio de investimento econômico, culturais, e à obtenção ou manutenção de relações sociais que estabelecem vínculos economicamente úteis. Destaca-se aqui que os atores econômicos de Bourdieu referenciados também como agentes, nem são iguais nem intercambiáveis tais como nos modelos econômicos, mas sim dotados de distintas quantidades e formas de poder, exercendo ou sofrendo dominação (Raud, 2007).

Nesse sentido de luta e disputa por poder, exemplificada pela resistência camponesa e pela formatação de forças produtivas emancipatórias, Martins (2017) cita que ainda que submetida às relações sociais capitalistas, os movimentos camponeses em sua luta de resistência à expropriação e à exploração praticadas pelo sistema, notadamente em busca da acumulação e manutenção do capital econômico, desenvolvem lutas anti-capitalistas e geram diversas práticas sociais que sinalizam alguns pilares de uma nova forma de organização societária.

Fagundes (2017) chama atenção para o fato do conceito de capital cultural ser pensado como atributo essencial para compreender mais amplamente o que é um campo. Segundo Bourdieu (1979, p.76), o capital cultural pode ser incorporado, objetivado, e/ou institucionalizado, podendo assim existir nesses três estados, de modo que sua acumulação inaugural “começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas fortemente deste capital”.

Desse modo, para impor-se nas lutas que os opõem a outras frações dominantes, os burgueses da indústria e dos negócios, cujo poder e autoridade repousam no capital cultural, devem alcançar seus interesses particulares a um grau de universalização superior, e inventar uma versão chamada de "progressista" da ideologia do serviço público e da meritocracia (Bourdieu, 1996).

Nessa perspectiva, a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções; e para legitimação dessas distinções (Bourdieu, 1989).

Com isso, ao se tomar por base o capital cultural que por seu estado determina quem possui ou não o conhecimento, Petersen et al (2013) expõem a relação entre sementes e grãos como uma falsa dicotomia apresentada como uma expressão sintética das contradições entre os paradigmas da modernização agrícola. Para eles, essa dicotomia seria na verdade uma dialética versada entre controle e autonomia sobre os fatores de produção que corresponderiam a relações de poder que fundam projetos sociais opostos entre agentes do agronegócio, organizações e os movimentos sociais, daí a perspectiva de campo social.

Quanto ao capital social, Bourdieu (1996, p. 133) o define como “a condição e o efeito de uma gestão bem-sucedida do capital coletivo dos membros da unidade doméstica”. Nessa perspectiva, este capital só “pode se reproduzir pela reprodução da unidade social elementar que é a família” (Bourdieu, 1996, p. 177).

Uma vez que “todo campo social, seja o campo científico, seja o campo artístico, o campo burocrático ou o campo político, tende a obter daqueles que nele entram essa relação com o campo que chamo de *illusio*” (Bourdieu, 1996, p. 140), a *Illusio* corresponderia assim ao fato de ser capturado pelo jogo, envolvido por ele.

Assim, os agentes podem querer inverter as relações de força no campo, porém, é por isso mesmo que eles reconhecem os alvos, exatamente por não serem indiferentes. Nessa perspectiva, o fato de querer fazer uma revolução em um campo depende antes da concordância com o que é essencial, do que é tacitamente exigido pelo campo, pois assim se saberia que o campo é importante (Bourdieu, 1996).

Desse modo, uma vez que se pretenda questionar um posto no campo social, antes é necessário, aceitar a *doxa*, haja vista que tal condição é a exigência preliminar para o ingresso no “jogo”. Uma vez que se admita o que é posto no campo, é possível, a depender das relações, estabelecer-se de um dado lado do campo e a partir de então despender de força, uma vez que ele se constitui de lutas. Notadamente, o que determina como as lutas se darão é à disposição dos diferentes tipos de capital pelos agentes presentes.

No intento de colocar o campo social do setor sementes em um contexto outrora factível e contemporâneo é substancial destacar que Londres (2006, p. 22) apresenta dois casos da safra 2004/2005 que são relevantes para o entendimento de como o capital social se apresenta nesse

campo, uma vez que a relação entre as organizações é o elemento base da caracterização deste capital:

O primeiro foi alcançado pelo Sintraf – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, de Anchieta, em Santa Catarina. A recusa do SEAF em atender os agricultores que haviam utilizado sementes crioulas motivou pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC a reunirem documentos sobre as pesquisas desenvolvidas com as variedades locais e a assinarem uma declaração atestando a qualidade e a viabilidade das sementes. De posse deste material, os agricultores foram à Justiça e conseguiram ser atendidos pelo seguro. O segundo caso, igualmente interessante, aconteceu no município de Bituruna, no Paraná. Lá, cerca de 700 agricultores foram prejudicados pela seca na safra 2004/2005 e tiveram o seguro negado pelo SEAF. Os agricultores de Bituruna desenvolveram uma parceria com a Universidade Estadual de Londrina, semelhante à de Anchieta com a UFSC.

Práticas sociais como essas, oriundas de movimentos camponeses geram conhecimentos novos, notadamente com profundo conteúdo emancipatório, haja vista serem esses processos de defesa das sementes crioulas e na contraposição às sementes geneticamente modificadas (Martins, 2017). Essa dada contraposição representa exatamente a existência de um espaço onde uns se posicionam frente a outros, e esse sistema de posições, em função das forças que o estruturam, só existe pela aceitação da *doxa*, que nesse caso, é a semente. O que nesse ponto já aparece com certa dicotomia conceitual, onde uma é “crioula” e outra é “certificada”.

É necessário, contudo, trazer à luz desta discussão aquele capital que atende diretamente ao leque de interesses deste trabalho, depreendendo assim o que Bourdieu apresenta como capital simbólico.

Quando Bourdieu (2013) discorre sobre capital simbólico, considerando-o como as formas de lucro e de poder que assegura, ele reforça que este – capital simbólico – só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas, tais como língua, roupa, ou mobília, e os indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação, que os predispõem a reconhecer essas propriedades instituindo-os como formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força.

É necessário entender que há uma defesa do poder simbólico por Bourdieu (1989) para o qual é mediante esse “poder” que as classes dominantes são beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilitam exercer o poder. Para ele esses símbolos seriam instrumentos por excelência, da integração social e tornam possível se obter o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social dominante.

Com isso, ao considerar os capitais dos agentes de um campo, deve-se sempre lembrar que para Bourdieu (2013) o capital simbólico dos que dominam a “alta sociedade” independe dos desprezos ou das recusas, dos julgamentos recíprocos. Segundo ele, esta forma de capital é a forma sublimada de que se revestem realidades tão claramente objetivas como aquelas registradas pela física social.

Com isso, os capitais dos agentes, seja seu capital econômico, social, cultural, somados ou individualizados, representam suas forças, ou seja, seu poder, municiando os atores do campo social do setor de sementes. Esses capitais e suas disposições pelos agentes que ora os utilizam para manutenção de sua posição, ora para subversão dessa posição, sofrem sublimação no “tecido social” e tornam reais os interesses e ações dos agentes constituindo assim a proposição de capital simbólico, já supracitada.

3. MÉTODO E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE PESQUISA

Os achados deste trabalho são frutos de uma pesquisa qualitativa (Denzin & Lincoln, 2006), que concordando com Gil (2010) quanto ao objetivo da pesquisa, este se caracteriza como descritivo, já que busca registrar e descrever as características do ambiente organizacional do setor de sementes de um dado lócus. Fez-se ainda uso de pesquisa documental e histórica, por meio do uso de documentos públicos (Lakatos, 2003). Entre os documentos analisados, cabe citar o Orçamento da União para o ano de 2018; a Lei Orçamentária Anual - LOA do Estado do Ceará, e do município de Icó para o mesmo ano; os Decretos, Portarias e Resoluções dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais; bem como editais dos órgãos do setor, a exemplo da Chamada pública nº 002/2017 – SUREG-AL. Realizou-se ainda pesquisa de campo, que segundo Prodanov & Freitas (2013) estuda um único grupo ou uma comunidade em termos de sua estrutura social, consequentemente ressaltando assim a interação entre os componentes deste grupo ou comunidade.

Quanto à coleta de dados, foi realizada em duas etapas: a primeira se deu mediante dados secundários, na qual foram selecionadas as informações disponíveis em sites de agentes e nos documentos técnicos e oficiais já citados, correspondendo assim à “pesquisa documental” (Wolff, 2004). A segunda fase se deu com a coleta dos dados primários através de entrevista censitária realizada com os 14 agentes presentes no lócus de pesquisa (TABELA I), perfazendo aproximadamente oito horas de entrevistas. Para isso optou-se pela entrevista do tipo semiestruturada, que contém perguntas abertas já em um roteiro construído previamente (Trivinõs, 1994).

Esses sujeitos envolvidos na pesquisa configuram todos os agentes presentes no município de Icó/CE que atuam com relação direta ou indireta com o setor de sementes. Os procedimentos metodológicos consideram assim todos os 14 agentes que possuem relação com o campo social pesquisado, que tomando por base a atuação no campo foi possível realizar a pesquisa com bancos públicos, empresas privadas, empresas e organizações estatais, sindicatos, associações comunitárias, movimentos sociais, e produtores rurais.

Todos os agentes foram consultados previamente por meio de visita pessoal para agendamento das entrevistas. O período de visitas pessoais ocorreu durante o mês de Agosto de 2018, usando como *lócus* o município de Icó localizado na região centro-sul do estado do Ceará, e as entrevistas foram realizadas entre agosto e outubro do mesmo ano. A tabela abaixo distribui a quantidade de agentes e seus representantes entrevistados, além do tempo de cada entrevista e a forma de registro consentida por cada entrevistado.

Tabela 1 – Descrição das entrevistas com os agentes relevantes no campo estudado

AGENTE	QT	ENTREVISTADO	TEMPO DE ENTREVISTA	FORMA DE REGISTRO
Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	1	1 Técnico Agrícola	17 min 14 s	Áudio e Escrita
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1	1 Gerente e 1 Técnico	17min 44 s	Áudio e Escrita
Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP	1	Coordenador do Curso Técnico em Agronegócio e 24 Alunos	56min 56s	Áudio e Escrita
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Icó – STTR-ICO	1	Presidente do Sindicato	9min 16s	Áudio

Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos - SMARH	1	1 Agrônomo	14min 40s	Áudio
Banco do Brasil - BB	1	1 Gerente Geral e 1 Técnico Projetistas.	44min 44s	Gerente: sem registro; Técnico: Áudio
Comissão da Pastoral da Terra – CPT	1	1 Representante Local	29min 7s	Áudio
Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA	1	1 Representante Local	29min 41s	Áudio
Associação do Distrito de Irrigação de Icó - Lima Campos – ADICOL	1	Presidente da Associação	19min 30s	Áudio
Empresas de Comercialização de Insumos Agrícola	4	1 Proprietário de cada Empresa	40min	Áudio
Produtores Rurais	1	10 Produtores	3h 22mi	Áudio
Totais	14	46 pessoas	~8 horas	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

A análise dos dados se deu por meio de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1979) é operacionalmente dividida em pré-análise, exploração do material, e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados alcançados durante a pesquisa indicaram que o campo estudado possui múltiplos agentes que se posicionam para defender suas posições, e não para subvertê-las, pelo menos, não no momento da pesquisa. Para isso, considera-se que as estratégias dos agentes envolvidos no campo dependem da distribuição do capital simbólico, que por meio da mediação das disposições constitutivas de seus habitus, inclina-os a conservar a estrutura dessa distribuição, buscando assim perpetuar as regras do jogo.

Desse modo é possível apresentar o quadro de distribuição dos agentes ortodoxos, que presam pela manutenção do que dispõe a legislação e garantir a perpetuidade e expansão das sementes certificadas; e dos heterodoxos, que questionam o sistema de coordenadas sociais impostas pela legislação e pelo habitus dos detentores de capital econômico e cultural. Uma vez que as técnicas empregadas na pesquisa são de cunho qualitativo, o quadro a seguir considera então, a defesa e a acusação argumentativa dos atores/agentes quanto ao emprego de sementes, sejam elas certificadas ou crioulas no plantio.

Quadro 1 – Os agentes e suas posições no campo

	ORTODOXOS	HETERODOXOS
AGENTES	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas de Comercialização; - Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Ceará – EMATERCE; - Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; - Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos – SMARH; - Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP; - Banco do Brasil – BB; - Associação do Distrito de Irrigação de Icó - Lima Campos – ADICOL; 	<ul style="list-style-type: none"> - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Icó – STTR-ICO; - Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; - Comissão da Pastoral da Terra – CPT; - Pequenos Produtores;

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Assim, os agentes ditos ortodoxos admitem a semente como aquela definida segundo a Lei nº 10.711/2003, ou seja, a semente certificada, que segundo esta legislação é o material de reprodução vegetal resultante da reprodução obtida mediante processo de melhoramento de plantas, sob a responsabilidade e controle direto do seu introdutor desde que mantidas suas características de identidade e pureza genéticas. Essa mesma legislação em seu Art. 2º, inciso XVI, embora nomeando apenas como “cultivar crioula”, oferece uma definição legal que pode ser atribuída a semente crioula, que por sua vez justifica a posição dos agentes heterodoxos, admitindo que essa seja uma variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais.

Essas posições podem ser entendidas por meio de uma associação com seu capital. O Quadro II apresenta o agente e o capital mais percebido pelos demais, que nesse contexto configura o capital simbólico de cada agente. Reforça-se que para Bourdieu (1989) o capital simbólico é o capital, qualquer que seja a espécie, percebido por um agente e reconhecido como algo óbvio.

Quadro 2 – O capital simbólico dos agentes do campo

AGENTES		CAPITAL
ORTODOXOS	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas de Comercialização; - Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Ceará – EMATERCE; - Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; - Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos – SMARH; - Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP; - Banco do Brasil – BB; - Associação do Distrito de Irrigação de Icó - Lima Campos – ADICOL; 	Cultural institucionalizado Social Político Cultural institucionalizado Cultural institucionalizado Econômico Político
HETERODOXOS	<ul style="list-style-type: none"> - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Icó – STTR-ICO; - Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; - Comissão da Pastoral da Terra – CPT; - Pequenos Produtores; 	Social Cultural incorporado Cultural incorporado Cultural incorporado

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Considerando o proposto por Bonamino et al. (2010), é cabível tanto para o produtor quanto para os movimentos e organizações que o representa, a possibilidade de ser posicionado no campo por meio de uma espécie de capital cultural incorporado, admitindo para isso que esse capital ocorre na forma de disposições duráveis, tendo entre os principais elementos constitutivos os gostos, demandando uma acumulação mediante trabalho de inculcação e assimilação. Cabe, no entanto, destacar que essa espécie de capital é a que mais justifica esses agentes perante a teoria considerada.

Buscou-se ainda conhecer a definição de semente na percepção dos agentes, já que a teoria de base desta pesquisa admite que a doxa, a semente, é indiscutida. Nessa perspectiva, os agentes se diferenciam pela doxa, se posicionando de forma ortodoxa ou heterodoxa, porém, sem discutir o objeto da luta, ou seja, sem discutir o que é a semente.

Constatou-se que nenhum dos agentes soube definir o termo “semente”. Cabe, então, esclarecer que essa definição é dada ortodoxamente pela Lei nº 9.456/97, que no inciso XIV do art. 3º, define semente como “toda e qualquer estrutura vegetal utilizada na propagação de uma cultivar”. A semente também possui definição dada pela Lei nº 10.711/03 em seu Art. 2º, XXXVIII, para a qual, a semente é “material de reprodução vegetal de qualquer gênero,

espécie ou cultivar, proveniente de reprodução sexuada ou assexuada, que tenha finalidade específica de semeadura”.

Kageiama et al (2006) oferece uma perspectiva conceitual para a semente crioula, a qual ele entende como variedade local, ou regional, de domínio de povos indígenas, comunidades locais, quilombolas ou pequenos agricultores, tendo na composição de seu genótipo ampla diversidade genética adaptados a habitats específicos, como resultado de seleção natural combinada com a pressão da seleção humana no ambiente local.

O que se pode constatar é que os agentes ortodoxos usam sempre o argumento da produtividade da semente certificada para defenderem sua posição. Para eles, a diferenciação entre uma semente certificada e uma semente crioula é sua produtividade, ao ponto que seria a semente crioula, incapaz de proporcionar produtividade.

Os agentes heterodoxos usam o argumento da intolerância aos períodos de estiagem na região semiárida e a dependência que a semente certificada acarreta ao produtor. Essa posição tende a ser mantida por esses agentes, já que eles se indispõem a subvertê-las em função do risco de perderem seu capital simbólico no campo. Logo, há um maior investimento de energia para manutenção de sua posição.

De todo modo, reforça-se a definição de Castro & Wander (2017, p. 485), para os quais a “semente é o primeiro elo da produção da maioria das cadeias produtoras de alimentos de origem vegetal”.

Para além da conceituação teórica exposta no trabalho a respeito do que é semente, neste ponto já é possível uma definição de semente pela própria pesquisa aqui apresentada, sendo assim, define-se aqui a semente como uma estrutura vegetal com condições de multiplicação e manutenção de uniformização genética e pureza, para fins de plantio, carregando consigo uma identidade cultural de origem, independente de transgenia e de melhoramento genético.

CONCLUSÕES

A pesquisa indicou que os agentes se posicionam na estruturação do campo, de modo a promoverem uma luta social, que por sua vez é formada por agentes designados segundo sua percepção da *doxa*, como ortodoxos e outros como heterodoxos, mas a ideia de semente enquanto *doxa* permanece indiscutida, de modo que, muito embora ela seja o objeto central dessa luta, os agentes possuem baixo conhecimento descritivo de suas características. Com isso, os argumentos usados por esses agentes tomam por base o fim do uso da *doxa*, compreendendo-a pelo seu fim e não por sua natureza.

A maneira como os agentes se posicionam é resultado da incorporação do modo como atuam ao longo do tempo. Enquanto o pequeno produtor e seus movimentos de representação tendem a incorporar o modo hereditário de trabalho, resistindo assim ao poder emanado do mercado, esse último respaldado pelo Estado, detentor do poder de classificação impele ao setor agrícola a condição de concorrência e conseqüente busca por produtividade e eficiência.

A posição desses agentes tem sido mantida ao longo do tempo, o que evidencia que a disposição do agente de fazer uso de seus capitais é voltada para manter sua posição. Essa constatação indica a indisponibilidade dos agentes de disporem de capital para subverterem suas posições no campo.

A presente pesquisa não teve a intenção de esgotar todos os fatores que compõem o campo social estudado, uma vez que ao apresentar a estrutura do campo, a pesquisa alcança tão somente um recorte temporal do mesmo. Esse recorte temporal, quando estudado

longitudinalmente, e com maior abrangência geográfica, tende a proporcionar achados mais representativos.

Desse modo, sugere-se que novas pesquisas associem a base teórica usada aqui com outros objetos de estudo de interesse da administração e dos estudos organizacionais. Pesquisas de maior amplitude e profundidade devem buscar compreender também a dinâmica do campo estudado, pois mediante a compreensão da dinâmica será possível alcançar achados mais robustos e livres da interferência do limite temporal ao qual a descrição da estrutura do campo está submetida.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. Lisboa
- Bonamino, A., Alves, F., Franco, C., & Cazelli, S. (2010). Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, 15(45), 487-499.
- Bourdieu, P. (1983). *Questões de sociologia* (pp. 89-94). Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Bourdieu, P., Curto, D. R., Domingos, N., & Jerónimo, M. B. (1983). O poder simbólico.
- Catani, A., Nogueira, M. A., & Bourdieu, P. (1979). Os três estados do capital cultural. *Nogueira, Maria Alice; Catani, Afrânio*.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus Editora.
- Bourdieu, P. (2013). Capital simbólico e classes sociais. *Novos estudos CEBRAP*, 105-115.
- Lei federal nº. 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências (1997). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*.
- . Lei n. 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM, e dá outras providências (2003). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*,
- de Carvalho Castro, É., & Wander, A. E. (2017). Cadeia de produção de sementes de feijão no Brasil analisada sob a ótica da nova economia institucional. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 31(3), 475-492.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Artmed.
- Fagundes, G. A. (2017). Algumas reflexões em torno dos conceitos de habitus, campo e capital cultural. *Revista Café com Sociologia*, 6(2), 103-123.
- Gil, A. (2010). *Como Elaborar projetos de pesquisa*, 5ª Edição, editora Atlas. São Paulo, 184.
- Janowski, D. A. (2014). A teoria de Pierre Bourdieu: Habitus, campo social e capital cultural. In *VIII Jornadas de Sociología de la UNLP 3 al 5 de diciembre de 2014 Ensenada, Argentina*. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología.
- KAgeyama, Paulo Yoshio (2006). Agrobiodiversidade e diversidade cultural. In *Encontro nacional sobre agrobiodiversidade e diversidade cultural*. Brasília: MMA/SBF.
- Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed.-São Paulo: Atlas.
- Lima, D. M. O. (2010). Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. *Cógito*, 11, 14-19.

- Londres, F. (2006). A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar. Rio de Janeiro.
- Greco Martins, A. F. (2017). Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos. *Revista NERA*, 20(35).
- Petersen, P., Silveira, L., Dias, E., Curado, F., & Santos, A. (2013). Sementes ou grãos. *Lutas para desconstrução de uma falsa dicotomia. Agriculturas*, 10(1), 36-45.
- Prodanov, C. C., & De Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*.
- Queiroga, V. D. P., & Beltrão, N. D. M. (2004). Produção e armazenamento de sementes de mamona (*Ricinus communis* L.). *Embrapa Algodão-Comunicado Técnico (INFOTECA-E)*.
- Raud, C. (2007). Bourdieu e a nova sociologia econômica. *Tempo Social*, 19, 203-232.
- Rosa Filho, D. D. S. (2007). A produção social do campo de deslocamento de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre.
- Trindade, C. C. (2006). Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In *XV Congresso Nacional do Conpedi* (pp. 15-18).
- Triviños, A. N. S. (1995). Introdução à pesquisa em ciência sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. In *Introdução à pesquisa em ciência sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo* (pp. 175-175).
- Wolff, S. (2004). Analysis of documents and records. *A companion to qualitative research*, 284-289.
- ensen.asp (6 de Abril de 2000).